

**COLECÇÃO EXPERIÊNCIAS DE ÁFRICA**  
**SÉRIE ORLANDO RIBEIRO**

**Orlando Ribeiro**  
**Cadernos de campo**  
**Moçambique 1960-1963**

ORLANDO RIBEIRO – CADERNOS DE CAMPO, MOÇAMBIQUE 1960-1963

Organização e estudos: João Sarmento e Eduardo Brito-Henriques

Coordenação: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Revisão de texto: Henriqueta Antunes

Direcção Gráfica: António Pedro

Foto da capa: Homens nativos concertando rede de pesca nas margens do Lago Niassa  
(Metangula – 1963)

Foto da contracapa: Suzanne Daveau – Orlando Ribeiro e Fernandes Martins  
conversando na base de um inselberg em Moçambique (1961)

© Edições Húmus, Lda., 2013

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V. N. Famalicão

Telef. 252 301 382 Fax: 252 317 555

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Novembro de 2013

Depósito legal: 367217/13

ISBN: 978-989-755-023-2

Apoios:



**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

**João Sarmento e Eduardo Brito-Henriques**  
**(Organização e estudos)**

**Orlando Ribeiro**  
**Cadernos de campo**  
**Moçambique 1960-1963**

**hnmus**

  
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS  
UNIVERSIDADE DO PORTO

**I. Enquadramento**  
**O Caderno de Campo de**  
**Moçambique de Orlando**  
**Ribeiro e o seu contexto**

**JOÃO SARMENTO**  
**EDUARDO BRITO-HENRIQUES**  
**SUZANNE DAVEAU**

## **1. O contexto científico das missões de Orlando Ribeiro a Moçambique**

Trazer ao conhecimento do público os cadernos de campo africanos de Orlando Ribeiro é o objetivo desta coleção em que se publica o presente livro. O único desses cadernos que até agora estava publicado era o da Guiné (Havik & Daveau, 2010), no qual se reuniam as observações colhidas na missão de estudo que Ribeiro fizera àquela colônia portuguesa em 1947. O caderno que agora se publica é de origem bastante mais tardia; foi produzido entre 1960 e 1963 e documenta um conjunto de três visitas que Orlando Ribeiro fez a Moçambique nesse curto lapso de tempo.

É muito diferente o contexto em que os dois cadernos foram produzidos. As viagens a que se reportam fazem-se em momentos distintos da vida de Orlando Ribeiro, e isso reflete-se nos dois documentos. A missão à Guiné ocorre ainda num período de relativa juventude. Ribeiro tinha regressado a Portugal, vindo de França, havia uma escassa meia dúzia de anos. Estava longe de possuir o reconhecimento público, como professor e como cientista, que mais tarde viria a alcançar. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (Ribeiro, 2011), obra que consagraria este autor entre os vultos maiores da cultura portuguesa do século XX, tivera a sua primeira edição dois anos antes, e nada fazia supor à data que o livro viesse a conhecer a difusão e o reconhecimento que obteve nas décadas seguintes. Quando a missão à Guiné decorre, Orlando Ribeiro tinha já viajado bastante por Portugal e França, alguma coisa por Espanha, Bélgica e pelo Marrocos espanhol, fizera o célebre cruzeiro de férias de 1935, destinado a estudantes e professores universitários e dirigido por Marcello Caetano, com o patrocínio de *O Mundo Português* (Agência Geral das Colónias e Secretariado de Propaganda Nacional), durante o qual visitara as ilhas da Madeira e de Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe e sobretudo Angola, mas nada mais. É verdade que havia sido nomeado em 1945 vogal da Junta de Investigações do Ultramar, mas à época a sua preocupação maior era consolidar a jovem “Escola de Geografia” de Lisboa que acabava de fundar, através do Centro de Estudos Geográficos. A preparação do Congresso Internacional de

Geografia de Lisboa de 1949, a que Orlando Ribeiro estava decidido desde 1938, sob incitamento de Emmanuel de Martonne, que viu nesta escolha uma forma de manter influência internacional, era à data a sua prioridade. A própria missão à Guiné decorreu no contexto dos preparativos de um outro evento científico internacional, a segunda Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais, que se havia de realizar em Bissau (Havik & Daveau, 2010).

O contexto das visitas a Moçambique descritas no caderno de campo que agora se publica é bem diverso. Ocorrem já na maturidade plena de Orlando Ribeiro, como homem e como cientista. A primeira visita dá-se a poucos meses de completar 50 anos de idade. Orlando Ribeiro tinha conseguido trilhar, nesse lapso de tempo que mediou entre as duas missões, uma carreira invejável. Tornara-se um mestre carismático, a cujas aulas acoiravam estudantes de muitos cursos, atraídos pela rara “combinação feliz de uma formação científica, com uma personalidade viva e uma irreverência que acordava qualquer saber já mumificado” (Rosado Fernandes, 1984: 15). Visitara, na qualidade de professor convidado ou conferencista, universidades espalhadas por França, Espanha e Brasil. Fora, em dois mandatos sucessivos, vice-presidente da União Geográfica Internacional, pelo que adquirira considerável prestígio no estrangeiro. E a sua bibliografia, já extensa, contava então com mais de uma centena de títulos, maioritariamente sobre temas portugueses, mas também, desde 1950, cada vez mais sobre assuntos relativos ao mundo tropical (Amaral & Amaral, 1981; [www.orlando-ribeiro.info](http://www.orlando-ribeiro.info)).

Como refere Garcia (1998), após o Congresso Internacional de Geografia de Lisboa de 1949, Orlando Ribeiro inicia um período de quinze anos de intensa atividade científica, com numerosas viagens pelo mundo, sobretudo nas regiões tropicais. Nem todas se fizeram no quadro de missões de investigação subsidiadas. Orlando Ribeiro aproveitava as férias académicas e a oportunidade dos congressos, dos cursos que era convidado a dar, e das reuniões a que estava obrigado pelo seu cargo na União Geográfica Internacional, para visitar locais distantes. Logo no final dessa década, visita o arquipélago de São Tomé e Príncipe e a ilha de Fernando Pó (atual Bioco, na Guiné Equatorial). Segue-se Cabo Verde, que visita em 1951, e de novo

em 1952 para estudar a erupção do Fogo, de cuja missão resultou uma importante publicação (Ribeiro, 1954), para além de Marrocos, Brasil – onde está longos meses – e EUA. Depois, por meados dos anos 50, passa pelo Uganda, Egito e Paquistão Ocidental, e permanece uma temporada de vários meses na Índia portuguesa, onde vai em missão oficial e faz aturado trabalho de campo com os seus discípulos mais próximos (Ribeiro, 1999).

É portanto um geógrafo já experimentado no mundo tropical este que, em 1960, visita Moçambique pela primeira vez. O facto de ser a única colónia portuguesa em África que Orlando Ribeiro não conhecia despertou-lhe uma curiosidade que se percebe na riqueza e minúcia das observações deixadas no caderno de campo. Por outro lado, o facto de ter viajado antes, extensamente, por outros territórios africanos e pela Índia permite-lhe ter uma perspectiva comparada sobre a terra que agora visita. Nos apontamentos de Moçambique, deparamo-nos em várias ocasiões com sugestivas alusões a paisagens e modos de vida encontrados em outras paragens, que ajudam a perceber a posição singular deste território face aos mundos africano e índico e a sua relação imbricada com os vários fluxos de civilização que, ao longo da história, os cruzaram.

Muito provavelmente porque o contacto com Moçambique se faz numa altura já de plena maturidade de Orlando Ribeiro, esta acabou por ser, de todas as antigas colónias portuguesas por ele visitadas, a que menos se refletiu na sua obra. A saúde de Ribeiro degradou-se bastante a partir de meados da década de 1960. Atravessa períodos longos de depressão que o impedem de produzir. O pouco que escreveu especificamente sobre Moçambique permaneceu inédito e não corrigido, e só agora, nesta publicação, como apêndice ao seu caderno de campo, irá ser conhecido. Publicam-se em anexo três textos inéditos e relacionados entre si. O primeiro texto viria possivelmente a constituir uma introdução geral a um tema caro a Orlando Ribeiro, o das cidades costeiras de Moçambique. O segundo texto, mais extenso, centra-se na Ilha de Moçambique, e foi escrito com alguma certeza no início dos anos 80 do século XX. O último texto debruça-se sobre a Ilha de Ibo, e inicialmente Orlando Ribeiro teria mesmo a intenção de o incluir como parte do texto anterior. Apesar de pouco ter publicado

sobre Moçambique, as observações que recolheu nesta terra das margens do Índico enriqueceram a sua interpretação do mundo tropical e refletem-se discretamente em alguns dos seus trabalhos de síntese (Ribeiro, 1961; Ribeiro, 1962, Daveau & Ribeiro, 1973; Ribeiro, 1981).

Pela altura em que Orlando Ribeiro aqui se desloca, Moçambique era também das menos estudadas províncias ultramarinas portuguesas, pelo menos entre os geógrafos da “Escola de Lisboa”. Mais desconhecida só mesmo a distante Timor. O levantamento exaustivo que Ilídio do Amaral (1979) realizou da bibliografia geográfica sobre as regiões tropicais conduziu-nos inevitavelmente a essa conclusão. Enquanto a África Ocidental e o Golfo da Guiné haviam começado a merecer a atenção de Orlando Ribeiro e dos seus colaboradores mais próximos a partir de meados dos anos 1940 (Ribeiro, 1952; Ribeiro, 1953; Ribeiro, 1954; Tenreiro, 1950; Tenreiro, 1952), a Índia recebera estudos depois de meados da década seguinte (Soeiro de Brito, 1956; Feio, 1956; Ribeiro, 1999), e mesmo Angola fora objeto de alguma investigação (Amaral, 1956; Amaral, 1960), nenhum estudo sobre Moçambique aparece referenciado naquele relatório bibliográfico com data anterior a 1960. A mais antiga obra identificada (Carvalho, 1963) é uma dissertação de licenciatura sobre Lourenço Marques (atual Maputo), que o mestre terá incentivado a que se produzisse na sequência das suas viagens a Moçambique, e de entre os poucos trabalhos sobre esta região que a esse se seguem, cabe destacar uma dissertação de licenciatura sobre a Ilha de Moçambique produzida em 1966 (Coelho, 1966).

Não é de supor, portanto, que Orlando Ribeiro se encontrasse *a priori* muito documentado sobre o território que ia visitar. Ainda assim, a província tinha instalada no terreno uma rede de instituições e de atores com atividade no campo científico que foram úteis a Orlando Ribeiro nas suas missões, além de que conhecia bem o trabalho que os etnógrafos Jorge Dias, Margot Dias e Manuel Viegas Guerreiro, seus amigos próximos, estavam a desenvolver em Moçambique desde a segunda metade dos anos 1950.

De entre esses outros conhecimentos complementares da Geografia e auxiliares na interpretação da paisagem e da ocupação humana do espaço de que Orlando Ribeiro pôde beneficiar, destaca-se em primeiro lugar a

cartografia. Dispor de uma boa cobertura cartográfica do território era vital para a sua administração. Por isso, à semelhança do que sucedera em outros territórios ultramarinos, o Ministério das Colónias criou, no âmbito da sua Comissão de Cartografia, uma Missão Hidrográfica em 1929, e uma Missão Geográfica em 1932, incumbida a primeira do levantamento da rede hidrográfica e da feitura de planos de bacias, e a segunda da produção de uma moderna Carta da Colónia de Moçambique (Rodrigues, 2007). Os trabalhos desta Missão começaram em 1933 a partir do paralelo 15° S e foram progredindo para sul e leste, do litoral para o interior, com a finalidade de garantirem uma cobertura integral do território por mapas modernos nas escalas de 1:250.000 e 1:500.000 (Soares-Zilhão, 1941). Na segunda metade dos anos 1950, a pouco tempo da chegada de Orlando Ribeiro a Moçambique, eram publicadas as últimas folhas dessa Carta, correspondentes aos territórios a sul do paralelo 25° e a norte do paralelo 15°. Para além desse levantamento, havia cartografia muito recente na escala 1:50.000 produzida pela Direcção Provincial dos Serviços Geográficos e Cadastrais, que cobria uma boa parte da província.

Outra informação cartográfica útil disponível era a do Atlas de Portugal Ultramarino, publicado em 1948 pelo Ministério das Colónias. O referido atlas comportava uma “Carta Geográfica” na escala 1:2.000.000 em três folhas, assim como onze mapas temáticos, sobre Moçambique.

A informação básica sobre a geologia de Moçambique também estava disponível. Raquel Soeiro de Brito (1997: 164) informa a este respeito que existia desde 1908 um esboço de uma carta geológica de Moçambique, “de iniciativa particular”, o que talvez signifique financiada por capitais privados e justificada por razões comerciais; a partir de 1928, porém, as autoridades oficiais passaram também a realizar sondagens e reconhecimentos geológicos, de que vieram a resultar sucessivos novos esboços em 1934, 1940, 1948 e 1949, este último revisto depois de 1955.

Outras áreas de investigação que estavam desenvolvidas eram as da engenharia agronómica, da zootecnia e da veterinária. Tratavam-se de áreas chave para a economia política da colonização e isso explica que tivessem beneficiado de atenção especial das autoridades e de apoios generosos para o seu

fomento. A fundação do Centro de Investigação Científica Algodoeira em 1943, em Lourenço Marques, onde se reuniu um escol de cientistas de qualidade internacional, como Aurélio Quintanilha<sup>1</sup>, e do qual saíram numerosos estudos não só sobre o algodão e o melhoramento do seu cultivo (uma prioridade da política económica colonial em Moçambique), mas também sobre a vegetação espontânea da província, as pragas e espécies invasoras, é elucidativo disso. Outro exemplo a citar é a criação da Estação Biológica Marítima de Inhaca em 1948, dedicada à investigação dos recursos vivos do mar e ao desenvolvimento das pescas, que terá sido a primeira do seu tipo em África e que beneficiava do apoio de universidades sul-africanas. Para além disso, a província dispunha de uma rede de engenheiros agrónomos e zootécnicos, de regentes agrícolas e veterinários, espalhados pelos vários distritos. Muitos dedicavam-se a estudos amadoristas sobre a fauna e a flora de Moçambique e faziam registos dos estados de tempo.

A Antropologia e a Etnografia eram outras áreas em que se progredira bastante e de que havia experiência de trabalho no campo. No âmbito da Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais do Ministério das Colónias, tinha sido criada em 1936 uma Missão Antropológica, que ao todo faria seis campanhas em Moçambique até 1955, sob direção de Joaquim N. Santos Júnior, um médico e antropólogo físico ligado à chamada “Escola do Porto” de Antropologia. A Missão fez aturados estudos antropométricos, etnográficos, filológicos e até psicotécnicos entre as populações indígenas de quase todo o território da província, de cujos levantamentos foram sendo publicados resultados sob a forma de numerosos artigos e relatórios (Pereira 2005).

De conhecimento mais próximo de Orlando Ribeiro eram, sem dúvida, as investigações etnológicas que Jorge Dias estava a conduzir em Moçambique. Conheciam-se desde os finais dos anos 1930 e tinham desenvolvido o que Orlando Ribeiro chamava uma “amizade fraterna”. Em

1 Aurélio Quintanilha (1892-1987) foi um académico, biólogo e geneticista, distinguido nacional e internacionalmente sobretudo pela sua obra científica sobre os fungos. Por razões políticas, foi afastado da Universidade da Coimbra durante o Estado Novo e segregado para Moçambique, onde continuou a desenvolver a sua atividade de investigação.

1957, Manuel Viegas Guerreiro, filólogo e etnógrafo, velho companheiro de Ribeiro e seu colaborador no Centro de Estudos Geográficos, fora convidado a integrar como Assistente a Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português chefiada por Jorge Dias (West, 2006). Logo nesse ano, e de novo nos anos seguintes, Jorge Dias, a mulher, Margot Dias, e Viegas Guerreiro, realizaram demoradas campanhas de estudo no nordeste de Moçambique, junto dos Macondes, minoria Banta cujo território tradicional se prolonga pelo sudeste da Tanzânia. Em 1958, Margot Dias realizou também campanhas no centro e no sul de Moçambique, junto de outros grupos étnicos, e ainda que Viegas Guerreiro não a tenha acompanhado, conheceu bem os resultados desse trabalho. De todos esses progressos e da sua própria experiência no terreno, não podiam Manuel Viegas Guerreiro e o casal Dias ter deixado de dar conta a Orlando Ribeiro, com quem lidavam regularmente. A relação era aliás tão próxima que o próprio Ribeiro esteve em setembro de 1960 com o casal Dias em Angola, e juntos fizeram pelo menos uma excursão, como recorda Ilídio do Amaral que os acompanhou nessa ocasião.

## **2. História, organização e logística das expedições**

As expedições de Orlando Ribeiro a Moçambique e Angola decorrem na sequência da criação do Agrupamento de Preparação de Geógrafos para o Ultramar (1958) e da Missão de Geografia Física e Humana do Ultramar (1960), financiados pela Junta de Investigações do Ultramar e sediados no Centro de Estudos Geográficos. Dispor de um financiamento deste tipo era algo que Orlando Ribeiro considerava crucial para desenvolver um programa consistente de investigações geográficas nos territórios ultramarinos. Orlando Ribeiro deu por várias vezes conta dessa ambição às autoridades nacionais. A circunstância do João Carrington da Costa, geólogo da Universidade do Porto, ter assumido entretanto o cargo de Presidente da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar deve ter ajudado a que finalmente esse desejo se pudesse concretizar. Na verdade,

embora a colaboração de geógrafos e geólogos nunca tenha sido muito estreita no Ultramar, e não se possa dizer que houvesse propriamente uma relação de amizade próxima entre os dois homens, Ribeiro e Carrington da Costa conheciam-se desde os tempos da missão à Guiné, altura em que haviam trabalhado juntos (v. Havik & Daveau, 2010), e portanto é provável que houvesse uma opinião favorável em relação às qualidades de Orlando Ribeiro e do seu trabalho.

Os apoios financeiros concedidos pela Junta de Investigações do Ultramar eram generosos. O conhecimento dos territórios ultramarinos e das suas populações constituía uma prioridade política nacional. Com esse apoio, era possível manter com suficiente desafogo as equipas de investigadores das Missões em África, assegurar os meios de transporte, combustível e motoristas para as deslocações no terreno, pagar a intérpretes e guias locais. Para a organização das viagens de reconhecimento e estudo, escolher os locais para refeição e dormida dos membros das expedições, ou marcar encontros para visitas e entrevistas, era possível contar com algum apoio das estruturas provinciais de investigação, no caso vertente, o recém-criado Instituto de Investigação Científica de Moçambique.

Por contraste com outras regiões do continente africano, como a África Ocidental ou a África Central, onde, pela mesma época, era difícil encontrar brancos fora dos centros urbanos e em muitas regiões as populações indígenas tinham pouco contacto com o mundo europeu, em Angola e Moçambique encontravam-se com facilidade portugueses, mesmo nos postos administrativos distantes, a viverem de negócios modestos, como camponeses nos colonatos, ou como funcionários de baixo nível da administração. Além disso, havia missões religiosas dispersas no território. Quem integrou as expedições recorda-se de que essa gente, branca ou mestiça, nunca muito numerosa, modesta, mas prestável, era um apoio valioso. Onde não havia pensão em que Orlando Ribeiro e os seus assistentes se pudessem acomodar, era sempre possível procurar entre eles um acolhimento mínimo.

Nada disto, porém, se pode depreender dos cadernos de campo. Uma história das expedições, de que este exercício não é mais do que uma primeiríssima aproximação, mas que seria muito necessário fazer-se de forma

profunda, obriga a cruzar fontes. Os cadernos de campo de Orlando Ribeiro nada informam sobre os aspetos práticos da investigação. São parcos nas geografias do quotidiano. Ribeiro não regista o modo como se desloca, a quem pertence o Jeep em que viaja, quem conduz, com quem vai, por onde vai, nem inscreve onde pernoita, o que come ou o que bebe. Por vezes toma apontamentos de lugares por onde passou há alguns dias e isso torna quase impossível reconstruir a sequência e o itinerário que seguiu.

Consultando as agendas pessoais de Orlando Ribeiro<sup>2</sup> e ouvindo colaboradores que com ele estiveram em algumas das expedições, ou que viveram muito proximamente a excitação desses tempos (nomeadamente Suzanne Daveau, que o acompanhou em Moçambique em 1961, e Ilídio do Amaral), podemos tentar, se bem que com alguma margem de incerteza, reconstituir datas e factos relevantes para o enquadramento do caderno que agora se publica.

Primeira coisa que parece possível asseverar é que as notas incluídas no caderno de campo se reportam a três expedições, realizadas em 1960, 1961 e 1963, e não quatro como, por lapso, surge indicado na capa do caderno e tem sido referenciado em outras fontes<sup>3</sup>. Em 1962, Ribeiro esteve em Angola com Pierre Gourou mas não visitou Moçambique. De facto, não só não se encontra em nenhum ponto do caderno referência ao ano de 1962, como, à página 54, momento em que aparentemente se inicia a campanha de 1963, Orlando Ribeiro anota “Terceira visita”. A confrontação das agendas corrobora este facto, dado que, na de 1962, encontram-se notas que demonstram a presença em Angola mas não consta qualquer referência a Moçambique.

As três expedições iniciaram-se todas em agosto, aproveitando o período de férias na Universidade de Lisboa que, por sorte, coincide com a estação do ano mais fresca e seca em Moçambique, logo mais favorável para trabalho de campo.

2 O espólio de Orlando Ribeiro está a ser transferido para a Biblioteca Nacional, onde irá integrar o Arquivo de Cultura Portuguesa Contemporânea. As suas agendas pessoais encontram-se já à guarda da Biblioteca Nacional e podem ser consultadas no serviço de Leitura de Reservados.

3 Por exemplo, no site oficial <<http://www.orlando-ribeiro.info/cadernos/lista.htm>>.

O primeiro contacto com o território de Moçambique ocorreu em meados de agosto de 1960. Orlando Ribeiro tinha saído de Lisboa em finais de julho, de onde seguiu para Paris, passou por Amsterdão e foi para Estocolmo, a fim de participar no XIX Congresso Internacional de Geografia. Terão sido dias de intensa atividade. Patrocinados pela União Geográfica Internacional, estes congressos, realizados em cada quatro anos, constituíam à data, como hoje ainda, o maior encontro científico da comunidade geográfica mundial; nesse, de 1960, inscreveram-se cerca de 1350 congressistas e perto de 700 comunicações foram apresentadas (Amaral 1991, 66). Ribeiro apresentou três comunicações, uma de cariz mais teórico, sobre o papel do meio e da civilização na explicação em Geografia, outra sobre os níveis de erosão de tipo “eustático”, e uma terceira, bem elucidativa do interesse que os temas relacionados com o mundo tropical e a expansão portuguesa lhe suscitavam, sobre as analogias do monte alentejano, da fazenda brasileira e da roça de São Tomé (Amaral & Amaral, 1981). A presença de Orlando Ribeiro nesse encontro foi bem notada, como Suzanne Daveau (2012) recorda.

Orlando Ribeiro deixou Estocolmo antes do fim do congresso, não chegando a participar nas visitas de estudo que sempre se realizavam depois de encerradas as sessões. O regresso a Lisboa foi a 12 de agosto, de onde seguiu de imediato para África. Não havia voo direto da metrópole para a província de Moçambique. Era preciso voar primeiro para Angola e, depois, daí, apanhar a ligação para Lourenço Marques ou para a Beira. Assim sucedeu nessa primeira expedição. Ribeiro fez uma curta estada em Luanda e a 16 de agosto está já em Lourenço Marques, onde participou na abertura do I Curso de Férias Universitário, decorrido na Câmara Municipal dessa cidade. O curso, iniciativa de Marcello Caetano, à data Reitor da Universidade de Lisboa, consistiu numa série de conferências pluridisciplinares, a cargo de professores de Lisboa, destinadas a preparar a implantação dos estudos universitários no ultramar (v. Ribeiro, 1961).

É de crer que nesta primeira estada em Moçambique, Orlando Ribeiro tenha tido a companhia de outros colegas da Universidade de Lisboa, de outras áreas científicas, que com ele participaram no curso. Contudo, não podemos saber se as viagens foram feitas só ou acompanhado. Além disso,

nem o caderno de campo nem as agendas são suficientemente elucidativos para percebermos quanto tempo Orlando Ribeiro terá ficado em Lourenço Marques, ou sequer quanto tempo, ao todo, permaneceu em Moçambique. Tudo quanto se pode deduzir do cruzamento dessas fontes é que logo a seguir à sua conferência no referido curso terá feito uma primeira excursão até Malanje e que depois, a 25 de agosto, partiu para outra excursão. Nesta primeira estada, Orlando Ribeiro explora sobretudo o sul de Moçambique, a latitudes superiores ao Trópico de Capricórnio, posto o que voa para norte, para a Beira, passa pela região da Zambézia e visita a Ilha de Moçambique. Além disso, sabemos que por meados de setembro (a 17 de setembro afirmativamente, segundo Ilídio do Amaral, mas talvez antes) estava em Angola e que somente a 5 de outubro regressou a Lisboa.

Na visita de 1961, Orlando Ribeiro dirige uma missão que inclui Raquel Soeiro de Brito, Francisco Tenreiro e Alfredo Fernandes Martins (Soeiro de Brito, 1997), um geógrafo da Universidade de Coimbra especializado em geomorfologia. Fazem um primeiro reconhecimento em conjunto do território da província, e depois separam-se de forma a que cada qual pudesse trabalhar com maior afinco um tema e uma região. Francisco Tenreiro fica incumbido das áreas urbanas de Lourenço Marques e Beira, Fernandes Martins da região de Nampula, a mais interessante do ponto de vista geomorfológico, onde se localizam os mais numerosos e interessantes montes-ilha (*inselberg*) que ele se propõe estudar, e Raquel Soeiro de Brito com a área mais a norte, designadamente a Ilha de Moçambique e o distrito do Niassa (Soeiro de Brito, 1997). Enquanto os seus companheiros ficam a desenvolver trabalho de campo nas áreas que lhes tinham sido destinadas, Orlando Ribeiro visita uma parte da província com Suzanne Daveau, geógrafa francesa especialista em temas tropicais que havia conhecido no ano anterior em Estocolmo, e com quem viria a casar em 1965.

Esta estada de 1961 é mais prolongada. Enquanto a viagem de 1960 ocupa umas escassas nove páginas do caderno de campo, esta segunda missão estende-se por 43 páginas. Confrontadas as notas pessoais deixadas nas agendas, podemos perceber que a 2 de agosto Orlando Ribeiro se encontra em Lourenço Marques. Antes deverá ter estado em Angola, embora talvez

só de passagem. A 14 de agosto está de novo (ou ainda?) na capital da província, encontrando-se nesse dia com Aurélio Quintanilha no Centro de Investigação Científica Algodoeira. Há contactos com outros engenheiros agrónomos em outras datas, cujos nomes não pudemos identificar, mas que sugerem que Ribeiro terá tido alguma relação nesse círculo, e eventualmente até feito com eles excursões ou beneficiado dos seus esclarecimentos no campo. Na última semana de agosto, ou logo em início de setembro – as notas da sua agenda pessoal não são claras – terá feito uma viagem pela região central de Moçambique, aparentemente na companhia de Saul D. Rafael, um funcionário da administração colonial, profundo conhecedor da região, e que deixou obra publicada (Rafael, 2001).

Quase todo o mês de agosto parece ter sido passado em Moçambique. Mas em fim de agosto regressou a Angola, para trabalhar no sul da província, onde se encontrou com Suzanne Daveau, para depois voltar a Moçambique em finais de setembro. Esta permanência em África vai prolongar-se até à segunda quinzena de Outubro. Não devemos esquecer que Orlando Ribeiro coordenava então, ao mesmo tempo, duas campanhas de estudo, uma em Angola, onde se encontravam Ilídio do Amaral e Mariano Feio, e a de Moçambique.

Apesar de a situação política nos territórios ultramarinos ser tensa, de o conflito armado estar já instalado em Angola e haver problemas no norte de Moçambique (caso do Massacre de Mueda, no distrito de Cabo Delgado, em 1960), Orlando Ribeiro e os seus colaboradores gozavam de plena liberdade de movimentos e não parecem ter vivido qualquer sentimento de insegurança. As autoridades facilitavam as viagens. A circunstância do Governador de Moçambique à data destas expedições ser o Almirante Sarmiento Rodrigues, a mesma pessoa que ocupava o lugar de Governador da Guiné na época da expedição de Ribeiro àquela colónia da África Ocidental, não terá sido certamente irrelevante. Orlando Ribeiro fez questão de deixar nas suas memórias nota de que as expedições em Angola e Moçambique se puderam fazer com toda a liberdade e independência política, asseverando que “nunca o Governo nada nos pediu nem perguntou, conduzindo nós as investigações apenas ao saber das nossas curiosidades e preferências” (Ribeiro, 2003: 129).

A expedição de 1963, que Orlando Ribeiro realizou na companhia de Pierre Gourou, um bom amigo, professor do reputado Collège de France, e grande especialista de geografia das regiões tropicais, começou mais tarde, ao que parece apenas a 22 de agosto, e terá sido mais breve, de duração possivelmente inferior a um mês. Contudo, talvez por se fazer na companhia de Gourou, com quem podia trocar impressões, parece ter sido uma expedição particularmente estimulante: dela resultaram 48 páginas do seu caderno de campo.

### 3. Os espaços visitados

Como já dissemos, reconstruir a sequência de lugares visitados por Orlando Ribeiro nas suas expedições não é uma tarefa simples. Fazer a reconstituição exata dos trajetos que seguiu é impossível. Nem todos os locais que visitou lhe mereceram apontamento no caderno de campo e os caminhos seguidos entre os topónimos referidos são desconhecidos. Por vezes, ocorria-lhe apontar algo sobre um local que tinha sido visitado dias antes, o que significa que o ponto do caderno em que determinado lugar aparece referenciado nem sempre está na ordem cronológica certa. Por outro lado, certos sítios foram visitados em mais do que uma ocasião, e Orlando Ribeiro, em vez de escrever outra nota, podia regressar à nota anterior para nela acrescentar as novas observações entretanto realizadas.

Pesem embora estas dificuldades, podemos considerar que o mapa da Fig. 1, (ver Parte III, mapas), onde estão localizados os topónimos referidos no caderno de campo, descreve os contornos essenciais do espaço visitado por Orlando Ribeiro em Moçambique. Vendo esse mapa, é impossível não nos impressionarmos com o facto de Ribeiro ter estado, no conjunto das três campanhas que realizou, em praticamente todo o território daquela vastíssima província ultramarina, ainda que tenha visitado muitos lugares de passagem, ficando certamente com a intenção de lá voltar com mais tempo.

Estendendo-se em latitude desde os 10° 27' aos 26° 52' S, e dos 30° 12' aos 40° 51' E, Moçambique recobre mais de 771.000 km<sup>2</sup>, prolonga-se na

sua maior extensão, no sentido norte-sul, por mais de 1.900 km, enquanto em largura varia entre 200 e 600 km. São números bem elucidativos da imensa extensão do território que Orlando Ribeiro percorreu nessas missões de estudo em Moçambique.

Fisicamente, Moçambique pode ser dividido em duas unidades essenciais, uma planície litoral, onde se encontram as formações sedimentares cretácicas e pós-cretácicas, e o interior de terras altas aplanadas, que corresponde ao soco antigo de rochas cristalinas do Pré-Câmbrico. Depois, mais para o interior ainda, mesmo junto às fronteiras, esses planaltos são interrompidos por blocos tectonicamente sobrelevados que formam cadeias montanhosas, os quais, a nordeste, junto ao lago Niassa, ainda se integram no vale do Rift.

Desde a fronteira da Tanzânia até sensivelmente à latitude de Quelimane, a franja litoral é estreita e o rebordo do planalto chega a poucos quilómetros do litoral. Daí para sul, a planície litoral alarga-se até ocupar quase a totalidade do território e chegar praticamente à fronteira. Grandes rios internacionais, como o Zambeze, o Save e o Limpopo, vêm desaguar nesta planície, formando deltas, mais desenvolvido no primeiro caso, menos nos dois últimos.

Retomando a geografia dos espaços visitados por Orlando Ribeiro, percebemos que é sobretudo o litoral, onde se encontram interessantes formações lagunares e seus ecossistemas, assim como as áreas mais interiores, de montanha, ao longo da fronteira terrestre, que mais parecem captar a atenção de Orlando Ribeiro. A norte, o interior das atuais províncias de Cabo Delgado e Niassa, onde as densidades demográficas descem bastante e o povoamento se torna mais ralo, correspondem, em contrapartida, às regiões menos presentes nos cadernos. Em todas as suas visitas Orlando Ribeiro esteve em Lourenço Marques, e assim dispomos de alguns apontamentos não só sobre a estrutura da cidade e o seu porto, mas também sobre o litoral próximo onde se podia deslocar em excursões breves, mesmo durante os períodos em que tinha afazeres (palestras, cursos, etc.). Se na sua primeira visita Orlando Ribeiro viajou pelo litoral até Xai Xai, na segunda visita continuou o itinerário para norte até à Beira, passando por Vilanculos

e a foz do rio Save, fazendo sempre quer observações sobre as actividades humanas, quer sobre aspectos geomorfológicos.

Nessa segunda viagem, a partir da Beira, inflectiu para o interior, para Vila Pery, Zembe, Rotanda, Chicamba e Manica, viajando depois para o norte para Vila de Sena, e pela única vez nestas três viagens, para Vila Cabral (atual Lichinga). Não há indicação de como lá chegou a partir de Nampula (anterior topónimo por ele referenciado no caderno), nem como viajou depois para a Ilha de Moçambique, um dos seus espaços de eleição, e onde esteve nas três viagens que efectuou. A sua terceira viagem, apesar de não ser a mais extensa no tempo, é a mais abrangente. Talvez pelo entusiasmo de estar na companhia do mestre e amigo Pierre Gourou. De Lourenço Marques viaja para norte, mas desta vez pela fronteira com o Zimbabué, dedicando atenção ao Limpopo e à sua barragem, onde já tinha estado na primeira visita. Segue então para Malvéria, Save, Chimanimani, e passa novamente em Vila Pery, onde para além dos aspectos geomorfológicos, observa a situação nos colonatos e dos agricultores. Compara inclusivamente o que viu em 1961 ('principalmente bananas') com o que se depara nesta visita ('girassol, laranja, milho, knaf'). Segue depois para norte, onde pela primeira vez visita Vila Gouveia, Guru, Tete e a Niassalândia. Esta região fronteiriça causou-lhe uma profunda impressão – 'a brutal montanha de Milange', o planalto a 1000 metros, as escarpas vivas, as plantações de chá. Tal como na segunda viagem, visita Quelimane, e desta vez deixa-nos mais observações, sobre os palmares, algumas famílias e as suas culturas agrícolas, a pesca. A Quelimane chegou de avião vindo de Blantyre (muito provavelmente algumas das observações da topografia e degrau de Milange são provenientes de vistas aéreas), e daqui partiu para Milange por terra, regressando novamente para partir para as terras altas de Gurué e Namuli, onde encontrou, nas suas palavras, uma 'paisagem humanizada única', resultado da transformação das encostas em socalcos e das plantações de chá.

Seguiu por Ribaué e passou em Nampula, onde já tinha estado nas duas anteriores visitas, para parar na Ilha de Moçambique por um período maior de tempo. Pela primeira vez nas suas visitas prosseguiu para norte, para Nacala, observando a islamização do território, as influências do Índico,

e visitando o arquipélago das Quirimbas, sobretudo a ilha do Ibo e da Quirimba, onde tirou alguns apontamentos do que poderia vir a ser um dia uma interessante geografia cultural das ilhas: hábitos alimentares e de pesca, culturas agrícolas dominantes, configuração de casas e povoamento, desejos e costumes, etc. De regresso a Nampula observa ainda de caminho as quedas do rio Lúrio.

#### **4. O material do caderno e os temas tratados**

Os cadernos de campo constituem um registo importante de factos observados e de ideias suscitadas nas interações do investigador com o terreno, que podem ou não ter uma continuidade no tempo e no espaço. Entre antropólogos, etnógrafos, botânicos, geólogos e geógrafos, o caderno de campo, a par com a máquina fotográfica a partir do final do século XIX, sempre fez parte integrante do processo de investigação e da tradição de trabalho nas suas disciplinas. Nele se escreve, nele se esboça e desenha, nele se tomam apontamentos de datas, estatísticas, moradas, ou contactos de gente com quem convém falar. Engloba sem dúvida um processo de escrita criativa baseado numa experiência da realidade em primeira mão, e é, mais do que um mero espelho neutro do mundo que se observa, um reflexo do olhar do sujeito que observa, fruto de um trabalho de seleção que determina sobre o que se escreve e o que se omite.

O objectivo principal dos cadernos de campo é serem uma ajuda ou contributo para publicações futuras, a partir dos quais, enquanto repositório de memórias, se espera que venham mais tarde a despertar sensações e impressões do contacto com o terreno. São geralmente textos produzidos pelo autor para o próprio autor, estando assim mais próximas de um diário do que de um texto académico ou de divulgação científica. Por vezes entremeiam-se mesmo nas observações notas mais pessoais. Hoje, com máquinas fotográficas e de vídeo, com gravadores de som digitais e sistemas de posicionamento global (GPS), podemos registar notas, ideias, e informação variada de outras formas e em outros suportes, razão por que os

cadernos de campo têm vindo a perder alguma centralidade na investigação geográfica.

De certa forma, os cadernos de campo são documentos invisíveis e que, na mais das vezes, foram inclusive produzidos na presunção dessa invisibilidade. A maioria dos cadernos de campo nunca chega a ser publicada. Não há dúvida que podem possuir informação valiosa, cuja divulgação merece ser feita; contudo, há que ser cauteloso na sua divulgação, uma vez que se tratam de textos que não foram normalmente pensados para serem publicados. Não só podem conter observações íntimas cuja divulgação seja de evitar, como podem também incluir imprecisões que o autor regista na precipitação do momento e que mais tarde, no gabinete, confrontando esse facto com outras fontes, ou depois de colher outras observações, vem a retificar.

Ao contrário dos textos que escrevemos num espaço controlado, em casa ou no escritório, os cadernos de campo fazem-se no terreno, debaixo de sol, ou sob chuvas e trovoadas. Por vezes escrevem-se em andamento, num Jeep, em cima do joelho, ou de pé enquanto se entrevista um transeunte. São documentos provisórios, rascunhados, compostos de notas avulsas e sem sequência, a que o autor espera poder vir a dar coerência mais tarde, a tornar mais elegante e legível a redação, e até, eventualmente, a encontrar forma de confirmar um ou outro aspeto. Geralmente nunca chegam a ser objeto desse trabalho de revisão e melhoramento e permanecem por isso como documentos sempre inacabados.

Produzir um caderno de campo é um trabalho que pode ser muito moroso. Fazer o esboço de uma vertente é demorado. É um trabalho de precisão, que obriga a uma capacidade de observação fina e a uma mão segura e treinada, que hoje em dia, com máquinas digitais de alta resolução, já não se faz.

Os cadernos de campo variam naturalmente muito de pessoa para pessoa. Uns são estruturados, incluem datas e lugares com grande rigor e de forma sistemática; outros são mais caóticos, misturam temas, confundem lugares sem uma sequência temporal clara. Uns são artísticos, contendo esboços e desenhos notáveis; outros têm meros traços perceptíveis apenas

para quem os faz, e por vezes nem para eles próprios. Há ainda cadernos que incluem materiais diversos, como recortes de papel, cartões de visita, rótulos de publicidade, que tanto podem ser colados como meramente colocados entre páginas.

Certos autores de cadernos de campo são metódicos na sua realização, escrevendo neles diariamente em certo momento determinado, ao final do dia, ou ao início da manhã, antes de partir para o campo. Outros escrevem irregularmente e de supetão, mal observam algo que desperta a sua atenção, para assegurarem que não se esquecem, e tal como Malinovski, as suas notas de campo são como ‘relatos caóticos’, onde tudo se escreve ou se conta.

O caderno de Orlando Ribeiro que agora se publica inscreve-se claramente neste modelo mais desorganizado, rascunhado, ou ‘espontâneo’ de caderno. O rigor e a elegância que caracterizam a prosa publicada de Orlando Ribeiro não se detetam facilmente nas páginas rabiscadas deste caderno, onde tanto se podem encontrar, com a mesma naturalidade, primorosas representações de modelado do relevo e esquiços quase imperceptíveis. A caligrafia é por norma descuidada. A sintaxe, muito básica. Não há, na maior parte das páginas, cuidado evidente em conjugar os verbos ou sequer em manter as concordâncias de número e género. Os artigos e outras preposições são muitas vezes omitidos, como se desnecessários. Em contrapartida, abundam as abreviaturas. Tudo isto remete para uma forma de escrita telegráfica, apressada, de alguém que procura registar os factos que observa, datas e estatísticas, vocábulos novos, ou então relampejos de pensamentos mais especulativos, possíveis hipóteses de interpretação da realidade para necessária confirmação posterior.

Pela forma como está estruturado e pelo tipo de material que contém, percebemos que o caderno de campo era claramente apenas um instrumento de trabalho para Orlando Ribeiro, uma ferramenta para seu estrito uso pessoal, um auxiliar de memória onde tratava de guardar os dados colhidos e as observações que ia fazendo nos seus contactos com o terreno. Isso é muito notório se observarmos as informações que registou no caderno acerca do mercado de Lourenço Marques e a descrição que faz da Ilha de Moçambique no texto inédito agora publicado.

Os cadernos de Moçambique, na globalidade das três missões realizadas, contêm de forma dominante apontamentos sobre aspectos geomorfológicos e sobre a vida rural. No primeiro grupo destacam-se as referências aos *inselbergen* ou montes-ilha (com 54 ocorrências em relação a Nampula, Xilovo, Vila Pery, Mafura, Zembe, Umtali, Vila Gouveia, entre muitas outras, e com diversos esboços), e à evolução morfológica do litoral, com destaque para os sistemas dunares e de lagunas. Estas vão muitas vezes acompanhadas de comparações com outros lugares visitados. No segundo grupo têm relevo os colonatos (Vila Pery, Sussundenga, etc.), incluindo os seus aspectos sociais e económicos e a proveniência e trajecto dos colonos, bem como os aproveitamentos hidroagrícolas de maior dimensão (o projecto da barragem do Incomati, a barragem do Limpopo, a barragem de Chicamba no rio Revuè, a albufeira de Kariba, no rio Zambeze) e aspectos da economia e sociedade agrária. Nestas últimas observações e apontamentos, Orlando Ribeiro preocupa-se sobretudo com as características das práticas agrícolas indígenas e sua transformação, os dois mundos do branco e do negro, do papel das cooperativas e do Estado no funcionamento da economia agrária, das culturas e da mecanização.